

## NARRATIVA E VERDADE HISTÓRICA, DO TEXTO AO CONTEXTO

---

Data de submissão: 21/08/2024

Data de aceite: 01/10/2024

### **Rocha Vânia do Carmo**

Professora da rede pública estadual do Estado do Rio de Janeiro, com Doutorado em História pela Universidade Federal Fluminense (UFF), e atualmente é Pós-Doutoranda na mesma instituição.

Em um dicionário da língua portuguesa publicado no final do século XVIII o verbete *História* possui a seguinte descrição: “narração de sucessos civis, militares, ou políticos” (BLUTEAU, p. 682). O substantivo que dá início ao substrato descritivo evidencia que história é a exposição escrita ou oral de um acontecimento(s), na datação do verbete fica clara à restrição aos “sucessos”. O fato é que um verbete tão curto não deixa ver a proporção que a história tomaria nas décadas seguintes. Mas ao mesmo tempo lança luz sobre o que nos interessa aqui: a história é narração, mas é condicionada pelos eventos; a história é texto, mas é texto condicionado pelo contexto. O “narrar” seria uma ação posterior às ações (sucessos). Primeiro acontece, depois se

narra. E esse “acontece” é que condiciona o que é narrado.

Essa discussão torna-se pertinente, pois a História desde a década de 1960 sofreu os impactos dos questionamentos suscitados em torno da linguagem e da ciência, e a narrativa tentou se sobrepor aos acontecimentos (HARTOG, 2013, p. 229). Mas, os acontecimentos em si não são história, a narração desses acontecimentos é história. Daí decorreu uma série de questões que giram em torno da própria verdade histórica. Para desenvolver uma reflexão a esse respeito alguns dos historiadores que se dedicaram a refletir sobre os impactos da chamada “virada linguística” na História, como François Hartog e David Harlan.

### **A HISTÓRIA ENTRE A NARRATIVA E A VERDADE - HARTOG**

No livro *Crer em História* Hartog se dedica a refletir sobre os questionamentos atuais que giram em torno da história enquanto disciplina. Tendo em vista o futuro

ocluo, tendo em vista os debates construídos em torno do problema da representação no conhecimento histórico e a questão da verdade histórica, Hartog procura pensar em como tudo isso promoveu mudanças na própria crença em história. E crer em História aqui significa acreditar que o conhecimento do passado é fundamental para o ordenamento da sociedade. Crer em e história é também acreditar que o ser humano é capaz de definir seu presente e futuro, de modo que este último, na medida em que amplia o conhecimento do passado, aponta para o progresso, para plena realização do ser humano. Crer em história é acreditar que ela é fundamental para a própria realização humana, ela diz de onde viemos e aponta para onde vamos. Por isso Hartog questiona se acreditamos em História com mesma força e fé que se acreditou a partir do século XIX, ocasião em que a História surgiu como “a força dominante e conceito central, ou ainda regulador do mundo moderno” (HARTOG, 2017 p 12). Os acontecimentos que colocaram a humanidade à prova na primeira metade do século XX, como as duas Grandes Guerras e a ameaça nuclear, testaram a validade do próprio conhecimento histórico, abalaram a crença em História. Uma crença que outrora a entendia como “desígnios da Providência, destino, marcha acelerada do progresso, avanço da decadência ou surgimento da Revolução” (p. 16). Nessa esteira, foi a partir da década de 1960 que as noções de realismo histórico sofreram questionamentos delineados pela ideia de que se o historiador escreve história, ele a faz, ele a fabrica. E com a publicação em 1973 de *Metahistória*, Hayden White se tornou referência na concepção que considera a história mais como escrita do que uma narrativa sobre o real, o que levou ao fim da fronteira entre ficção e história, deslocando a história do espectro da ciência para o espectro da literatura e a da arte (p. 22). A crença em história foi baqueada por aquilo que lhe é inerente, a escrita.

Nos Estados Unidos o movimento que se iniciou na década de 1960 se nomeou *linguistic turn*, e deu vazão para o relativismo pós-moderno sobre a questão do real e da verdade histórica. Para White, diz Hartog, a narrativa histórica é “um sistema discursivo de produção de sentido” (2017, p. 86), em resposta a ele Arnaldo Momigliano destacou que independente da forma como se articula discursivamente, as histórias escritas pelos historiadores devem ser verdadeiras. Esse embate entre história e ficção é resultado de um movimento mais amplo dedicado a discutir a linguagem e sua relação com as ciências. Todo conhecimento humano é estruturado como linguagem. No caso da história a situação fica mais sensível, sobretudo quando Roland Barthes assinala que o fato possui somente uma existência linguística.

Para responder à virada linguística e aos questionamentos por ela suscitados a respeito dos poderes da narrativa, Hartog se atém as reflexões de Paul Ricoeur e de Carlo Ginzburg, não para aproximá-las ou para opô-las, mas para apresentar duas abordagens distintas em resposta à conjuntura por ora colocada.

Ricoeur buscou levar “às últimas consequências a investigação sobre as capacidades da narrativa” (HARTOG, 2017, p. 89), mesmo sendo o que Hartog chama de um *outsider* em

relação à história, foi o que mais se aproximou dela destacando que todo o tempo pensado é também narrado, o que vale até para as histórias que se pretendiam rompidas com a narrativa. Ricouer baseia suas reflexões na *Poética* de Aristóteles, e para o filósofo grego “poética” é a arte de compor intrigas, uma arte concernente a *mimesis*; isto é, a “poética” é composição de obras que visam imitar a uma ação (p. 94). Toda a reflexão de Ricouer sobre a narrativa se baseia na *Poética*. Sendo a história a reconfiguração do tempo, ela é a junção da narrativa de ficção e da narrativa histórica. Essa junção é articulada por Ricouer através do conceito de *representância*, conceito este que explica a relação entre o passado, o real e o conhecimento histórico.

Mas a leitura que Ricouer faz da *Poética* é bem específica. Ele a entende como “um modelo de tessitura de intriga que se propõe a estender a toda a composição narrativa, quer se trate de história ou de ficção” (HARTOG, 2017, p. 104). Mas Aristóteles articula claramente que a história, tal como a concebem os historiadores, não é *mimesis*, e também não é *poiesis*. Para Aristóteles, o historiador deve dizer o que se passou, e não fazer. O historiador não é um “mestre de intrigas” para o autor da *Poética*, como postula Ricouer. Para este último a *mimesis* está na narrativa, o historiador é um construtor de intrigas, com isso ele acaba ferindo a divisão feita por Aristóteles.

Ginzburg, diferente de Ricouer, se ateu a outra obra de Aristóteles, a *Retórica*. Isso por que, enquanto o segundo priorizara a narrativa, o historiador italiano tinha na questão da “prova” o debate central em sua resposta à virada linguística. Para os oradores, diz Ginzburg lendo Aristóteles, há duas estratégias de demonstração, o entinema e o exemplo. Entinema entendido como argumento provável. Logo, retórica e prova estão vinculados (HARTOG, p. 109). E é na *Retórica* que Aristóteles trabalha com mais afinco a historiografia. O recurso à história (ou mais precisamente, à pesquisa histórica) surge com a finalidade de trazer exemplos de outros lugares e de outros tempos. As pesquisas (*historiai*), se destinam a “coleta de dados e destinadas a fornecer premissas, permitindo argumentar corretamente no âmbito das deliberações da assembleia” (p. 109), e assim acabam fornecendo entinemas válidos. No entanto, essas pesquisas não dizem respeito a retórica, mas sim à política, segundo Aristóteles. Pois visam fornecer conselhos, instrução às deliberações.

Aristóteles fala pouco da história na *Poética*, quando fala é para tratar do discurso trágico. A história se situa em lado oposto à “poética”, já que a história está no campo da narrativa, e a poética está no campo da *mimesis*. A poética trata do que aconteceu e do que poderia acontecer, já a história trata do que aconteceu. Na poética a poesia é imitação, pois representa a natureza da ação do homem, não necessariamente copia. A poética é conhecimento mais elevado por ser universal, enquanto a história é particular por ser narração dos eventos que realmente ocorreram. A história se dedica a narrar o que aconteceu, uma história após a outra, sem ligação causal entre os acontecimentos. O tempo surge como unidade aleatória e diversa. Já a poética constrói a relação causal entre

os acontecimentos, e acaba estabelecendo uma unidade de ação dos acontecimentos. Logo, a história como os historiadores a fazem hoje ( e desde, ao menos, o Oitocentos) se aproxima, em Aristóteles, da poética.

Ricouer volta-se a Aristóteles para entender a narrativa e o sentido da história, Ginzburg também voltou-se para o pensador grego, mas buscando articular a importância da prova para o conhecimento histórico. Da *Poética* a *Retórica*, de Ricouer a Ginzburg, o recurso à Aristóteles vem como respostas distintas à virada linguística. Ambos baseiam suas reflexões em Aristóteles, mas não são fiéis a ele, acabam por criar algo diferente. Já que, de algum modo, rompem com a dicotomia de Aristóteles.

Mas a partir de processos descontínuos que seguiram desde a Antiguidade à Modernidade, narrativa e prova se encontraram no conhecimento histórico, diz Hartog. Quintiliano considerava a história “um poema em prosa” (HARTOG, 2017, p. 114), Tucídides destacou o excesso dos poetas e dos logógrafos, e defendeu a história como discurso verdadeiro (p. 115), e mais a frente no século XIX, Ranke vai restringir o papel da história a dizer o que se passou. Mas foi já no século XVIII, quando houve a junção da história antiquária com a história filosófica, que as bases da história moderna foram lançadas; e a “história avança corajosamente” com a combinação entre os cuidados com as fontes e o recurso da linguagem. Narrativa e verdade, forma e conteúdo, ambos se associam na constituição do conhecimento histórico. E conclui Hartog,

[...] a *poiesis* situa-se na retórica ou a retórica se torna propriamente a *poiesis*. E assim, vinculando (as vezes sem se dar conta) o que o velho Aristóteles havia claramente separado, abria-se um novo campo que, durante algum tempo, pareceu sem limites. (2017, p. 117)

Em defesa da verdade histórica, Carlo Ginzburg respondeu diretamente a Frank Ankersmit. Este historiador holandês havia colocado que a historiografia pós-moderna carregava consigo a tendência a concentrar a atenção nos fragmentos e não nos conjuntos vastos. Os fragmentos minúsculos do passado são investigados de maneira isolada, independente do seu contexto. Ankersmit, tal como Hayden White, cede à posições céticas que consideram a o ato de escrever história uma atividade de tipo artística, na qual a pretensão de conhecer o passado está superada (GINZBURG, p. 275). Mas Ginzburg enfatiza que ele e Giovanni Levi se posicionaram repetidas vezes contra as posições relativistas, inclusive a que limita a historiografia a uma dimensão textual sem valor de conhecimento. A consciência de que todas as fases da pesquisa são construídas e não dadas, prossegue Ginzburg, reuniu no fim da década de 1970 um grupo de estudiosos italianos de micro-história. Mas essa autoconsciência se aliava a “uma rejeição explícita das implicações céticas (pós-modernas, se quiserem) tão largamente presentes na historiografia europeia e americana dos anos 80 e do início dos 90” (GINZBURG, p. 276).

## ENTRE O TEXTO E O CONTEXTO – HARLAN

A discussão metodológica feita por David Harlan abre precedentes para uma reflexão sobre usos e possibilidades de análise dos textos históricos, pois ao repensar sobre os impactos da teoria literária sobre a análise histórica nas últimas décadas do século XX, pontua as implicações que daí decorre. Nesse processo, diz Harlan, os esforços de Quentin Skinner e J. G. Pocock de tentar reconstruir a história intelectual são esboçados, bem como as críticas feitas a eles pelos pós-estruturalistas e pela história do discurso, em autores como Derrida, Foucault, Paul de Man, Ricoeur, Gadamer e LaCapra. Desta forma, texto e contexto são colocados em debate e direcionam uma perspectiva que se evidencia pela vivacidade das ideias na medida em que tais ideias respondam a questões válidas para o presente, e não sejam isoladas no tempo em que foram escritas.

Para Skinner a primeira função do historiador, diz Harlan, é reconstruir a intenção primária do autor, concebendo seu mundo mental que engloba os princípios linguísticos, as convenções simbólicas e os supostos ideológicos; as intenções do autor são recuperadas quando o texto é cercado de um contexto de suposições e convenções. Para pós-estruturalistas como Foucault, Derrida e Paul de Man, o paradigma da linguagem é a escrita com seu autor ausente, este entendimento de linguagem implica em conceber que o sujeito desta disciplina que pensa, deseja, tenciona desapareceu. O autor em si desapareceu e sua biografia é reduzida a nada mais que outro texto – ocorre a morte do autor. Além disso, se o autor morreu, o texto também morreu pois ele se dissolve na intertextualidade (HARLAN, p. 20-24) Para os pós-estruturalistas o texto permanece significativo, pois ele continua produzindo significado.

Mas Skinner acredita que pode fugir disso tudo ao pensar a linguagem como fala ao invés de escrita, e utilizando a teoria dos atos da fala ele concebe que os atos da fala são ações humanas intencionais que ocorrem em situações sociais específicas. Isso possui validade de quatro maneiras: a importância dada ao contexto (pois as expressões são feitas em determinadas situações específicas); a linguagem reassumiria a sua natureza transparente, e poderia ser analisada objetivamente pelo historiador; ocorre a ênfase nas intenções do sujeito; a restauração da intenção autoral. Mas isso não deu certo, já que a teoria dos atos da fala se refere a fala e não a escrita. Os atos da fala se situam em tempos e contextos sócio-culturais concretos. O que fala e o que ouve estão presentes um ao outro, e por isso compartilham do mesmo aglomerado de significantes. Ocorre a ausência do leitor no ato da escrita, e ausência do autor no ato da fala, como dissera Ricoeur. E assim o texto está liberado da referência autoral, e por extensão da intenção autoral, oferecendo possibilidades que seu autor jamais imaginaria.

Skinner defendeu uma hermenêutica que resgate a intenção do autor, e para isso os historiadores devem se aproximar do texto com as mentes abertas e livres do preconceito para entender os textos nos termos do próprio texto, e não nos termos do

leitor (no caso, historiador). Para Skinner, o historiador deve ser transportado para dentro da cultura e da mente do autor. Enquanto Gadamer entende que os historiadores não podem despir-se de seus preconceitos e parcialidades para entender as mentes de seus autores. Os preconceitos não são obstáculos a serem superados ou descartados, eles são pré-requisitos para o entendimento do texto, mesmo que limitem esse entendimento. As suposições, pressupostos e preconceitos nos localizam numa tradição histórica particular, mas possibilita a aproximação imaginativa a outros tempos. Para Gadamer, outro ponto importante é que o texto se insere numa tradição histórica particular, tradição de interpretação que cresceu em torno do texto desde que ele foi escrito. E isso não pode ser ignorado pelo historiador. Mas Skinner insiste que é possível reinserir o texto no seu contexto reconstruído, e que podemos despir o texto dos seus significados acumulados. De acordo com Harlan, Gadamer discorda: o texto nunca pode ser separado das interpretações através das quais ele chegou a nós, pois tais interpretações são agora realidade histórica constituinte do próprio texto (HARLAN, p. 25-27). Para Gadamer a tentativa de reconstruir a intenção original do texto não é mais do que a tentativa de se recuperar um significado morto.

Juntamente com Skinner, Peter Laslett e John Dunn, Pocock integrou o grupo da Universidade de Cambridge. Este grupo defendia que os historiadores deveriam dar mais atenção ao contexto e a aplicação das linguagens conceituais encontradas em sociedades particulares e em momentos determinados. Tendo acesso a essas linguagens conceituais de uma dada sociedade, os historiadores teriam acesso ao *menu* de significados que propiciem a comunicação entre os escritores e os leitores dessa dada sociedade. Para Pocock, os homens não fazem o que não podem dizer que tenham feito. O historiador deve então encontrar convenções e regularidades que indiquem o que poderia ou não ser dito, e como isso encoraja, obriga ou proíbe seu usuário de pensar ou falar. Skinner queria que os historiadores recuperassem a intenção do autor, Pocock esperava fazê-los se interessarem pela linguagem e pela evolução dos sistemas de linguagem em particular durante longos períodos de tempo. Pocock, como Braudel, Furet e Ladurie, enfatiza a longa duração. Mas isso tende a obscurecer as contribuições individuais, o que não é a intenção dos historiadores de Cambridge. (HARLAN, p. 27-30)

Para Foucault o discurso é um fenômeno de expressão, ele é o desdobramento de uma totalidade em que a dispersão do sujeito e sua descontinuidade consigo mesmo pode ser determinada. Pocock é contra esse movimento que tende a fazer da “história do pensamento político” a “história do discurso político”. Ele defende uma história que preserve a intenção do sujeito. Ao contrario da história do discurso político, a história do pensamento político continuaria sendo uma história de homens e mulheres que pensem. Pocock entende que o sujeito (o escritor, o autor, o pensador) é um sujeito criativo que manipula o sistema de linguagem, explorando suas possibilidades para realizar suas intenções que vem a tona com a escrita. O autor se move nestes padrões de polivalência

empregando e recombinao-os. E quando os historiadores o leem, eles se comunicam com a própria pessoa do autor. Este anseio pela presença do autor é colocado em dúvida pela crítica literária e pela história do discurso. Mas Pocock, diz Harlan, sabe que não pode encontrar a pessoa do autor por detrás do texto, mas ele se esforça por fazê-lo. Pocock não abandona o sonho da presença do autor, na busca para o resgate de homens e mulheres que pensam.

Para os contextualistas o texto deve ser colocado no seu contexto – o que pode abranger até todo o pensamento do Ocidente –, e para tanto esse contexto deve ser reconstituído, para então ser interpretado como se ele próprio fosse um texto. Desta forma, o contexto precisa ser textualizado. O que se percebe é que o contextualismo tende a reduzir trabalhos complexos a documentos. Os historiadores do discurso mantêm seus esforços muito mais no contexto que no texto, buscando entender como determinado texto funciona dentro de um discurso em particular, o que contribuía para aquele discurso, como ele influenciou ou modificou o discurso e assim por diante. O texto tem mera função instrumental, o que se quer saber é o que ele pode dizer sobre o discurso do qual o texto é uma manifestação, um símbolo, um documento (HARLAN, p.38, 39).

Para Harlan os desenvolvimentos em crítica literária e filosofia da linguagem solaparam a crença num passado fixo e determinável, negaram a possibilidade de recuperação da intenção do autor (HARLAN, p. 61), e tal perspectiva abriu novas possibilidades e recursos para a história da historiografia.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nessa discussão em que a História foi colocada entre o texto e o contexto, as reflexões de Costa Lima esclarecedoras (p. 105-158). Ele acredita na existência de uma história crua, e essa história é a matéria bruta do historiador, mas o que o historiador cria é diferente. Na literatura a estética sobrepõe a história, pois o escritor tem total liberdade em relação à realidade, uma liberdade que o historiador não tem. A ficção possui uma estrutura própria que se legitima com a linguagem. Já a historiografia se legitima pelo contexto. O historiador se preocupa em organizar a história crua, dando-lhe inteligibilidade. Toda historiografia é uma elaboração intelectual, o que implica em uma processo criativo por parte do historiador e ao mesmo tempo lhe impõe a restrição de não poder descrever um evento como de fato ocorreu em sua totalidade. A história crua, diz Costa Lima, é caótica e sem sentido – é o historiador que lhe organiza e dá sentido ao conectar os fatos, explicá-los, e essa ação de explicar já é uma elaboração intelectual. Por mais que a literatura possa conter verdades históricas, mas essas verdade históricas não são o objeto da literatura. A história é um produto intelectual que visa atingir uma realidade fora do texto, mas se vale da linguagem. O texto é recurso, mas não a finalidade do conhecimento histórico.

Desta forma, no conhecimento histórico a linguagem que dá vida ao fato, a narração

que o tipifica é inerente a sua conformação. Mas história não é somente narrativa, não é somente texto – o contexto narrado pelo historiador demanda prova. Os debates em torno da linguagem e do texto suscitados pela virada linguística colocaram a verdade histórica numa penumbra de modo que a forma pleiteou sobrepor-se ao conteúdo. Ao mesmo tempo em que a verdade histórica não foi suplantada, os historiadores passaram a ter mais consciência das limitações e possibilidades do conhecimento histórico a partir da perspectiva da linguagem.

## REFERÊNCIAS

BLUTEAU, Rafael. *Diccionário da língua portuguesa*. Tomo I .Reformado e acrescentado por Antônio de Moraes Silva. Lisboa: Officina de Simão Thadeu Ferreira, 1785.

GINZBURG, Carlo, *O fio e os rastros*. São Paulo: Cia das Letras, 2013.

HARLAN, David. A história intelectual e o retorno da literatura. In: RAGO, Margareth e GIMENES, Renato (org). *Narrar o passado, repensar a história*. Coleção Ideias. Campinas: IFCH/UNICAMP, 2000.

HARTOG, François. *Evidência da história: o que os historiadores veem*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2013.

\_\_\_\_\_. *Crer em história*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2017.

LIMA, Luiz Costa. *História. Ficção Literatura*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.